

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações
contábeis intermediárias nº 2456L-013-PB

Em 31 de março de 2024



Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023	11

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Incerteza relevante quanto a continuidade operacional

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.2 nomeada Descontinuidade, as operações da Companhia envolvendo as emissões debêntures de DI e IPCA foram finalizadas em 12 de setembro de 2022. Até o momento a administração não apresentou uma previsão para o encerramento oficial da Companhia. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade” e ISRE 2410 “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

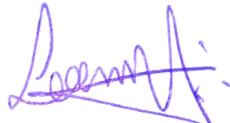
Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos, também, as informações intermediárias da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024 cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar para os demais tipos de sociedades, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de maio de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Leonardo Mesquita Dantas
Contador CRC 1SP-263.110/O-7



Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Notas	31/03/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	1
Impostos a recuperar	4	8	8
Total do ativo circulante		9	9
Total do ativo		9	9
Patrimônio líquido			
Capital social	5	72	72
(Prejuízos) acumulados	5	(63)	(63)
Total do patrimônio líquido		9	9
Total do passivo e patrimônio líquido		9	9

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Demonstrações dos resultados

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/03/2024	31/03/2023
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	6	-	(1)
Despesas tributárias		-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		-	(1)
Resultado financeiro	7	-	1
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Resultado líquido do trimestre		-	-
Resultado por ação referente às ações ordinárias		-	-
Resultado por ação referente às ações preferenciais		-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Resultado líquido do trimestre		<u>-</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do trimestre		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de Lucros	(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2023		72	7	2	-	81
Resultado do trimestre		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2023		72	7	2	-	81
Prejuízo do exercício		-	-	-	(72)	(72)
Reversão da Reserva de Lucros		-	-	(2)	2	-
Reversão da Reserva Legal		-	(7)	-	7	-
Saldos em 01 de janeiro de 2024		72	-	-	(63)	9
Resultado do trimestre		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2024		72	-	-	(63)	9

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do trimestre		-	-
Ajustes por:			
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
- Aumento/(diminuição) créditos a receber		-	(156)
- Aumento/(diminuição) fornecedores		-	80
- (Aumento)/diminuição de impostos a recuperar		-	(3)
- Aumento/(diminuição) de Partes relacionadas		-	-
- Aumento/(diminuição) de obrigações fiscais		-	5
- Aumento/(diminuição) de outras obrigações		-	(40)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		-	(114)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		-	(114)
Caixa e equivalentes de caixa no início do trimestre		1	115
Caixa e equivalentes de caixa no final do trimestre		1	1
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		-	(114)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receitas			
Receita de serviços		-	-
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados		-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		-	(1)
		-	(1)
Valor adicionado (consumido) bruto		-	(1)
Valor adicionado (consumido) líquido		-	(1)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras (despesas financeiras), incluindo variação cambial líquida		-	1
		-	1
Valor adicionado (consumido) a distribuir		-	-
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições		-	-
Resultado líquido do trimestre		-	-
Valor consumido distribuído		-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1 Contexto operacional

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A. ("Companhia") foi constituída em 03 de fevereiro de 2017 e teve seu registro de companhia aberta na categoria B deferido pela CVM em 14 de junho de 2017.

1.1 Data de Início da emissão

Em 15 de junho de 2017, a Companhia celebrou com a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com a interveniência anuência do Banco BMG S.A. e da Integral Trust Serviços Financeiros Ltda., o "*Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em até 2 (duas) séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.*" ("Escritura"), que resultou na emissão de 2 (duas) séries de debêntures no valor total de R\$ 1.000.000 na data de emissão de 15 de junho de 2017.

Em 28 de agosto de 2017, a Companhia celebrou com o Banco BMG S.A., com a interveniência anuência da Integral Trust Serviços Financeiros Ltda., da Integral Investimentos Ltda. e da Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., o "Contrato de Cessão de Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", que tem por objeto a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, sociedades de créditos, financiamentos e investimento, associações de poupança e empréstimo, e caixas econômicas.

Da quantidade total de debêntures emitidas, foram totalmente subscritas e integralizadas até a presente data 501.681, no valor total de R\$ 501.759, sendo que (i) 316.681 debêntures, no valor total de R\$ 316.681, foram subscritas e integralizadas em 01 de setembro de 2017, ao passo que (ii) 185.000 debêntures, no valor total de R\$ 185.078, foram subscritas e integralizadas em 04 de setembro de 2017.

1.2 Descontinuidade

Conforme previsto na Emissão da Debênture, a data de vencimento DI seria 12 de setembro de 2022 e da IPCA em 15 de setembro de 2022. Esse prazo foi cumprido e o pagamento dos debenturistas ocorreu em 12 de setembro de 2022 sendo, assim, encerrada a operação.

O saldo presente em caixa representa o fundo de despesas que irá cobrir os gastos contratados cujo vencimento se dará após o encerramento e restituído em caso de sobra. Ainda não há previsão para encerramento da conta bancária centralizadora.

1.3 Sumário das operações efetuadas

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e a securitização de créditos oriundos de operações praticadas pelo Banco BMG S.A. e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00; (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída para fim de emissão das debêntures, nas quais virão ser encerradas as suas atividades em concomitância com o encerramento da operação delas.

1.4 Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos

Não houve contratação de hedge nas emissões mencionadas ao tempo dessas informações contábeis intermediárias.

1.5 Mecanismos de retenção de risco utilizados na estrutura da securitização, tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o período

É constituída, em favor dos Debenturistas, cessão fiduciária da totalidade dos Direitos Creditórios Alienados, que estão livres de quaisquer ônus ou gravames, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

1.6 Riscos

O investimento nas Debêntures apresenta riscos aos Debenturistas, notadamente aqueles abaixo indicados.

(i) Riscos relacionados à Emissora

- Atrasos, falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora e outros eventos podem afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar as suas obrigações. A principal fonte de recursos da Emissora para efetuar o pagamento das Debêntures por ela emitidas decorre do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados pelos respectivos Tomadores. Dessa forma, qualquer atraso ou falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora pode afetar negativamente a sua capacidade de honrar as obrigações assumidas junto aos Debenturistas, sendo que, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios Vinculados, a Emissora pode não dispor de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate das Debêntures.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A não aquisição de Direitos Creditórios Vinculados pode prejudicar as atividades da Emissora. A Emissora em si não possui a capacidade de originar créditos para securitização, dependendo, portanto, da Plataforma e da parceria desta com Instituições Financeiras. O sucesso na aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados é fundamental para o desenvolvimento das atividades da Emissora
- A Emissora pode enfrentar desafios em virtude de se tratar de uma empresa recente e atuante em um mercado competitivo. A Emissora iniciou as suas operações em 3 de fevereiro de 2017, sendo, portanto, uma sociedade recém-criada, e com isto pode enfrentar desafios em virtude de seu limitado histórico nessa atividade, em um mercado sem tradição no Brasil.
- A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias pode restringir o crescimento e desenvolvimento futuro da Emissora, o que pode prejudicar sua situação financeira, assim como seus resultados operacionais.
- A securitização de créditos financeiros é uma operação recente no Brasil e eventuais incertezas sobre o setor podem ter efeito adverso sobre a Emissora.
- Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da Securitização.
- Eventuais alterações na regulamentação em vigor podem afetar os negócios da Emissora.
- Liquidação, dissolução, insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou falência da Emissora.

(ii) Riscos de mercado

- Efeitos da política econômica do Governo Federal.
- Descasamento de taxas.
- Flutuação dos preços dos ativos financeiros.

(iii) Riscos de crédito

- A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes das Debêntures depende do pagamento pelos Tomadores dos Direitos Creditórios Vinculados.
- Solvência dos Tomadores.
- Ausência de Coobrigação.
- A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes das debêntures pode depender de descontos de benefícios pelo INSS.
- Inexistência de reserva de amortização.
- Concentração de pagamentos na Data de Recebimentos do INSS.
- Risco de mudanças de comportamento de pagamento dos Devedores.

2 Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Autorização

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Administração em 09 de maio de 2024.

2.2 Bases de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em milhares de reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real), as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei no 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis intermediárias, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.1 *Uso de estimativas*

A preparação das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas informações contábeis intermediárias. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

2.2.2 Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.3 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, pois estes serão reconhecidos somente quando houver consistente perspectiva de sua realização.

Em 31 de março de 2023 a Companhia não possui créditos tributários constituídos.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação e com risco insignificante de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramentos dos balanços e não superando o valor de mercado.

2.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros (exceto por ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.6.1 Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

2.6.2 Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.6.3 Passivos financeiros

Compreendem ao custo da transação diretamente relacionados a captação de debêntures. São inicialmente reconhecidos a valor justo, no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

2.6.4 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Com base no pronunciamento técnico CPC 48, as transferências de ativos financeiros dependem da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros.

De acordo com o contrato de cessão dos direitos creditórios e a escrituração das Debêntures, a Companhia se enquadra no item 3.2.5, alíneas (a), (b) e (c), conforme demonstrado a seguir:

A Companhia retém os direitos contratuais de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros; assume a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa aos seus debenturistas; e não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais, a menos que receba quantias equivalentes ao ativo original;

Está proibida de vender ou penhorar o ativo original de acordo com o contrato de cessão, a não ser como garantia aos destinatários finais pela obrigação de pagar-lhes fluxos de caixa;

Tem a obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos. Além disso, a entidade não tem o direito de reinvestir esses fluxos de caixa, exceto no caso de investimentos em dinheiro ou seus equivalentes (como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa) durante o curto período de liquidação desde a data de recebimento até a data de entrega exigida aos destinatários finais, e os juros recebidos como resultado desses investimentos são passados aos destinatários finais; e

Visto o supracitado, houve o desreconhecimento do patrimônio da Companhia os passivos a pagar relacionados à emissão das debêntures e o ativo relacionado aos direitos creditórios adquiridos do Banco BMG em garantia à emissão das debêntures.

2.7 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

2.8 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.9 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – demonstração do valor adicionado.

2.10 Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.11 Prática contábil de resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, neste caso a Companhia considerou ações que poderão ser emitidas através da capitalização da reserva especial de ágio na incorporação em favor do acionista controlador.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o valor sobre a rubrica “caixa e equivalentes de caixa” apresenta-se conforme a seguir:

	31/03/2024	31/12/2023
Banco conta movimento	1	1
Total	1	1

4 Impostos a Recuperar

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o valor sobre a rubrica “impostos a recuperar” apresenta-se conforme a seguir:

	31/03/2024	31/12/2023
IRPJ a compensar	7	7
CSLL a compensar	1	1
Total	8	8

5 Patrimônio líquido

5.1 Capital social

A Companhia foi constituída em 03 de fevereiro de 2017 por meio de sua Assembleia Geral de Constituição, realizada na mesma data, com capital social de R\$ 10, dos quais R\$ 1 encontravam-se integralizados em 30 de junho de 2017 e o restante, totalizando o montante de R\$ 9, foi integralizado em 15 de setembro de 2017.

Em 30 de abril de 2022 foi aprovado em AGE a incorporação da reserva de lucros de exercícios anteriores ao capital social no montante de R\$ 62.

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 72 (R\$ 72 em 2023) dividido em 72.000 (setenta e duas mil) ações ordinárias nominativas.

5.2 Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não pode exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o período apresentado.

5.3 Resultados do Exercício

A distribuição do lucro líquido da Companhia é realizada da seguinte forma: (a) absorção de prejuízos acumulados; (b) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (c) 25% (vinte e cinco por cento) do saldo destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e (d) o saldo, se houver, após as destinações mencionadas anteriormente, terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral.

6 Despesas gerais, administrativas e tributárias

As despesas gerais, administrativas e tributárias referem-se a:

	31/03/2024	31/03/2023
Assessoria contábil	-	(1)
Total	-	(1)

Alocadas em:

Despesas gerais e administrativas	-	(1)
Despesas tributárias	-	-

7 Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários, deduzidos das despesas financeiras incorridas no exercício findo em 31 de março de 2024 e 2023, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2024	31/03/2023
Despesas financeiras	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	1
Total	-	1

8 Contingências

Em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui provisões, ativos ou passivos contingentes, tampouco possui conhecimento de processos judiciais do qual seja ré.

9 Partes Relacionadas

Não ocorreram transações envolvendo partes relacionadas no período findo em 31 de março de 2024.

10 Outras informações

- (i) Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras e informações trimestrais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço à Companhia.

11 Eventos Subsequentes

Não houve evento subsequente passível de divulgação no âmbito do CPC 24 – Evento Subsequente.

* * *